

MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA GUERRA CIVIL DE ESPANHA: PROCESSOS DE EMBLEMATIZAÇÃO NA RAIA LUSO-ESPANHOLA²²².

Dulce Simões.

INET-MD/FCSH-UNL

*O tumulto da Espanha abraza fundas ravinas nas nossas
vidas (...) Estaríamos todos de um lado ou do outro, e
mesmo os nossos problemas particulares, as nossas
amarguras, as nossas traições, tudo deixava de ter sentido, o
estrito sentido que teria antes, para só significar em função
disso (Jorge de Sena)²²³.*

*¿A dónde iré que no vaya mi perdición a buscar?(Miguel
Hernández)²²⁴.*

1. A fronteira luso-espanhola ligou e separou as populações em função de contextos específicos, pautados pela política dos estados ibéricos e pelos interesses locais, tecendo uma história partilhada. Durante as ditaduras ibéricas a fronteira representou um instrumento de proteção e de resistência, uma linha imaginária demarcando a vida e a morte de milhares de pessoas. A guerra civil espanhola (1936-1939) materializou um momento de rutura temporal na vida das populações fronteiriças, estabelecendo um antes e um depois, e adquiriu significância histórica ao ser socialmente apropriada pelas comunidades. Num passado anterior aos fluxos migratórios e à desvitalização da agricultura, as relações sociais entrelaçavam o trabalho rural com diversificadas redes de trocas informais, das quais o contrabando de café foi a mais duradoura. Hoje, encontramos novas modalidades relacionais em tempos festivos, ou dinamizadas por agentes culturais e representantes autárquicos, já que os quotidianos das povoações raianas estão esvaziados de gente. A memória de relações de interdependência fala-nos de solidariedades no contexto da guerra civil espanhola e do pós-guerra, de “matar a fome” e “salvar a vida” aos vizinhos espanhóis. A memória de um passado traumático e doloroso foi recentemente apropriada pelos interesses do presente, num processo de patrimonialização e visita turística de povoações que

²²² Este texto foi realizado no âmbito do projecto de investigação *Cooperación Transfronteriza y (Des)Fronterización: Actores y Discursos Geopolíticos Transnacionales en la Frontera Hispano-Portuguesa*, coordenado por Heriberto Cairo Caro, na Universidad Complutense de Madrid, financiado pelo Plan nacional de I+D+I del Ministerio de Educación y Ciencia de España (Ref. CO2012-34677).

²²³ *Sinais de Fogo*, Circulo de Leitores, 1989, pp. 431-432.

²²⁴ *El Rayo que no Cesa*, Libro de www.interlectores.com, 2010. Versão eletrónica consultável em: <http://es.slideshare.net/interparaguay01/el-rayo-que-no-cesa-de-miguel-herandez>

se tornaram emblemáticas no acolhimento aos refugiados republicanos no contexto da guerra civil, como Cambedo da Raia na fronteira galaico-portuguesa (Godinho, 2012 e 2014) e Barrancos, no Baixo Alentejo (Simões, 2009 e 2013), ou através da criação de novos lugares e percursos de memória. A recuperação da memória revela uma necessidade das comunidades construírem identidades, num mundo que perdeu a utopia ou a capacidade de olhar o futuro com confiança (Cenarro, cit. em Espinosa, 2010: 53). No entanto, a memória colectiva (Halbwachs, 1950) não é apenas uma conquista dos grupos sociais, é também “um instrumento e um objectivo de poder” (Le Goff, 1989: 46), quando negociada e posteriormente patrimonializada em versões consensuais, “que não abrem caminho à esperança” (Godinho, 2014: 194).

Neste artigo questiono os usos políticos da memória da guerra civil espanhola, a partir de dois casos que resultam de uma etnografia intensiva e de revisitação da raia do Baixo Alentejo. Num tempo em que os fenómenos de emblematização local acompanham o processo de criação de patrimónios culturais materiais e imateriais à escala global. O primeiro caso interceta processos de construção da memória social com estudos que tenho desenvolvido nos últimos dez anos nas povoações raianas de Barrancos (Baixo Alentejo) e Oliva de la Frontera (Badajoz - Extremadura). Nestes processos estabelecem-se relações entre os acontecimentos e a ordem social vigente, por meio de iniciativas consensuais que se inscrevem no presente, objetivadas por diversas visões do passado e do futuro. O segundo caso provém da observação e interrogação sobre os “lugares de memória” (Nora, 1984) dedicados ao poeta Miguel Hernández, nas povoações fronteiriças de Rosal de la Frontera (Huelva - Andaluzia), Vila Verde de Ficalho e Moura (Baixo Alentejo), construídos a partir de um passado recriado e re-significado no quadro de relações institucionais.

2. Em 2009 o governo regional da Extremadura atribuiu ao “Povo de Barrancos” a “Medalla de Extremadura”, como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento aos estremenhos forçados a fugir do seu País por conflitos sociais e políticos, e inscreveu a memória dos acontecimentos na história estremenha²²⁵. O reconhecimento institucional resultou de uma conjuntura política favorável, que entrelaçou a divulgação do meu primeiro trabalho de investigação com o movimento social pela recuperação da memória histórica da repressão franquista na Extremadura²²⁶. Como assinalou Paula Godinho (2014), relativamente ao trabalho que tem desenvolvido na fronteira entre Portugal e a Galiza, “a antropóloga não está fora dos eventos, porque não pode estar fora do mundo e das realidades que lhe foram descritas” (2014: 197). No mesmo sentido, participei em encontros

²²⁵ “A principios del siglo XIX para los liberales que escapaban de los Cien Mil Hijos de San Luis y, poco antes de la Guerra Civil, también para los propietarios de tierras que huían de las revueltas agrarias, y especialmente para los refugiados extremeños de la Guerra Civil Española, muchos de los cuales salvaron sus vidas gracias a la solidaria acogida dispensada a los centenares de republicanos que pudieron sobrevivir como consecuencia de la generosidad del pueblo de Barrancos.” Presidencia de la Junta, Decreto 172/2009, de 31 de julio, de concesión de la Medalla de Extremadura al pueblo de Barrancos. (2009040193).

²²⁶ O livro *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos*, 1936, publicado pela Câmara Municipal de Barrancos e as Edições Colibri em 2007, foi traduzido para castelhano e publicado na Editora Regional de Extremadura em 2008.

académicos, jornadas e homenagens, a convite de diversas entidades e associações, e assumi compromissos com pessoas de ambos os lados da fronteira.

O caso dos campos de refugiados republicanos em Barrancos, que representava uma memória privada, circunscrita à vida dos seus protagonistas, familiares e testemunhas, gerou conexões entre indivíduos e grupos e emergiu como “objeto histórico” pela sua mediatização²²⁷. O trabalho de investigação serviu de base ao guião do documentário “Los Refugiados de Barrancos”, das Producciones Morrimor²²⁸, e mobilizou um grupo de cidadãos espanhóis a criar uma página no Facebook a favor da “Medalla de Extremadura para o Povo de Barrancos”²²⁹. A 9 de Setembro de 2009, no Teatro Romano de Mérida, numa cerimónia mediatizada, e perante uma audiência heterogénea, o presidente da Câmara Municipal de Barrancos exaltou os valores da comunidade que democraticamente representava: “a gente barranquenha transfigura-se nos momentos difíceis e reforça a sua identidade cultural com atitudes que a dignificam, foi no passado, é no presente! A força da sua autonomia moral renasce e reforça-se em momentos de crise”. A evocação do passado construía uma ideia de comunidade solidária, como valor unificador para as gerações futuras, numa versão consensual e patrimonial. Todavia, alguns barranquinhos que se deslocaram a Mérida para assistirem à cerimónia, atribuíram a homenagem ao tempo do contrabando, relembando as redes informais e as relações de interdependência económica construídas com os vizinhos espanhóis ao longo do tempo.

Em Abril de 2010, o município de Oliva de la Frontera (Badajoz - Extremadura) erigiu um memorial ao Povo de Barrancos e ao tenente da Guarda Fiscal António Augusto de Seixas, pelo acolhimento aos refugiados republicanos que fugiram ao extermínio perpetrado pelos sublevados em Setembro de 1936. No discurso inaugural, o presidente do governo regional da Extremadura, Guillermo Fernández Vara, atribuiu à Constituição Espanhola de 1978 a possibilidade de construirmos uma memória da resistência às ditaduras ibéricas, inserida no quadro das relações políticas e democráticas entre Portugal e a Extremadura. Para o alcalde de Oliva de la Frontera, Víctor Morera Mainar, a homenagem representava a gratidão dos oliveros que sobreviveram ao genocídio perpetrado pelas forças golpistas. Num discurso que dignificava a luta e os ideais dos resistentes republicanos ratificava publicamente o compromisso político pela recuperação da memória histórica da repressão franquista. Para o presidente da Câmara Municipal de Barrancos, António Pica Tereno, a cerimónia legitimava a solidariedade raiana como componente identitária de uma comunidade unida pela cultura, pela memória e pela história aos vizinhos espanhóis. O

²²⁷ Carlos Pessoa, jornalista do *Público*, começou por divulgar em 2007 estudos de caso a partir de trabalhos dos antropólogos Paula Godinho, Luís Cunha e Dulce Simões, contribuindo para a mediatização das memórias da guerra na fronteira. Da troca de correspondência ficaram as suas palavras sobre os obstáculos à produção destes trabalhos: “Desde 2007, quando saiu a história sobre o Tenente Seixas, este é o quarto trabalho publicado. Muito pouco se pensamos no tempo entretanto transcorrido e no número de histórias sobre as quais estou a reunir informação, mas imenso se considerarmos o ambiente coletivo desfavorável a estes assuntos e o desinteresse e alheamento por parte dos *media*” (correspondência particular de 19/1/2011).

²²⁸ Documentário “Los Refugiados de Barrancos”, consultável em: <https://vimeo.com/21741732>

²²⁹ “La concesión de la medalla de Extremadura, por parte de la Junta de Extremadura, al pueblo de Barrancos, no sólo sería un gesto de agradecimiento histórico a tan humanitaria actuación, de verdad y de justicia; si no sería también un símbolo más de hermanamiento entre Extremadura e Portugal. Por todo ello la ARMHEX, se suma a la iniciativa que desde el pasado 19 de enero de 2009, un grupo de usuarios de la red Facebook, impulsan un colectivo “a favor de la medalla de Extremadura para Barrancos. Certificado da ARMEX assinado pelo seu presidente José Manuel Corbacho Palacios, a 16/2/2009.

memorial, erigido com pedras provenientes do rio Ardila e encimado por uma mão aberta, em mármore, representava o acolhimento e o percurso de centenas de republicanos que cruzaram a fronteira para escapar à morte. Numa placa de bronze foram inscritos os valores da solidariedade e da humanidade atribuídos ao tenente António Augusto de Seixas, como princípios orientadores para as gerações futuras. A audiência reunia representantes do governo regional e municipal da Extremadura, membros da Asociación de Recuperación de la Memoria Historica da Extremadura, familiares de refugiados republicanos e do tenente Seixas, pessoas de diferentes gerações e classes sociais que interpretaram a cerimónia em função das suas experiências de vida, das suas lutas presentes e das suas expectativas futuras.

Oliva de la Frontera foi a última povoação estremenha a ser ocupada pelos sublevados. Em Setembro de 1936 concentraram-se na vila e nos campos milhares de refugiados provenientes de povoações vizinhas da Extremadura e da província de Huelva, fugidos ao extermínio (Espinosa, 2003). Os comités de Defesa de Oliva, constituídos por diferentes grupos político-partidários, prestaram apoio às necessidades de alimentação destas pessoas, assaltando armazéns e celeiros dos proprietários mais abastados (Valero, 2007). A 21 de Setembro de 1936, após a ocupação pelas forças golpistas, centenas de republicanos ficaram encurralados entre o fogo dos sublevados e a fronteira portuguesa e decidiram cruzar o rio Ardila, sem a garantia de serem recebidos pelo governo de Salazar como refugiados políticos. À fronteira de Barrancos chegaram relatos de fuzilamentos de parentes e amigos, que contribuíram para portugueses e espanhóis partilharem o terror e a emoção coletiva do conflito (Simões, 2013).

Em Setembro de 1988, o alcalde Manuel Méndez (1987-1991), filho de um refugiado republicano, iniciou o processo de dignificação das vítimas da repressão, ao transladar os corpos dos fuzilados, de uma fossa comum para um memorial no interior do cemitério. A iniciativa local antecipava a política que o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) desenvolveu a partir de 1995, a favor da reparação dos “vencidos da guerra” e da condenação do franquismo (Molinero, 2015: 328). Em 2006 participei na “Homenagen a la Dignidad” no cemitério de Oliva de la Frontera, organizada a 21 de Setembro pelo PSOE local e pela Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX). A homenagem realiza-se anualmente e reúne familiares dos republicanos fuzilados e represaliados, representantes políticos e membros de associações cívicas. A componente performativa da cerimónia, com rituais e símbolos (como a colocação da bandeira republicana na laje do memorial), constitui um meio privilegiado de transmissão e conservação da memória coletiva do grupo. Todavia, em Oliva de la Frontera permanece a “cultura do medo” (Narotzy & Smith, 2002), institucionalizada pelo estado franquista por meio da repressão violenta e indiscriminada, apoiada em jurisdição militar, que decretou “la muerte civil” (Casanova 2004: 23). A consequência social é o silêncio e o esquecimento (Valero, 2007, Simões, 2009) que a Lei da Amnistia (1977) e os discursos de reconciliação dos governos democráticos não libertaram, ao reabilitarem antigos opositores políticos e evitarem o julgamento dos responsáveis

pelos crimes da repressão franquista. Julian Casanova (2015) diz-nos que para combater o silêncio e a indiferença, face ao terror do passado, exigem-se políticas públicas de memória (2015: 305). No entanto, os usos políticos do passado a nível local não dependem das normativas impostas pelas políticas estatais, podem reunir o consenso e serem articulados em função de interesses políticos concretos, ou manter a amnésia social. Por outro lado, as populações fronteiriças continuam a partilhar realidades comuns, que impelem os agentes locais a substituírem as redes informais do passado, concorrentes com o campo estatal (Godinho, 2014: 197), por novas formas de cooperação transfronteiriça institucionalizadas.

3. Em Maio de 1990 realizou-se em Rosal de la Frontera (Huelva) uma homenagem ao poeta Miguel Hernández, no âmbito das comemorações do 50º aniversário da sua morte²³⁰. A iniciativa institucional partiu de uma comissão que envolveu representantes da cultura da Junta da Andaluzia, da Diputación de Huelva, do Ayuntamiento de Rosal, de associações culturais e agentes locais. O programa foi composto por cerimónias e atividades culturais em ambos os lados da fronteira, nas quais participaram o presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho, representantes autárquicos, professores, estudantes das escolas de Ficalho, e Lúcia Izquierdo, viúva do filho de Miguel Hernández. Na antiga prisão municipal de Rosal, convertida em Casa da Cultura, foi descerrada uma placa com o seu nome, e no largo principal de Vila Verde de Ficalho foi inaugurado um monólito em sua memória. Os “lugares de memória” (Nora, 1984) dedicados ao poeta Miguel Hernández, em ambos os lados da fronteira, recordam no espaço público a repressão e colaboração das autoridades portuguesas e espanholas durante as ditaduras, que conduziram ao assassinato e tortura de milhares de pessoas, entre as quais o jovem poeta. Todavia, são recriações do passado que geram alguma perplexidade junto de colectivos que não participaram nestes processos memoriais. Em finais de Maio de 1990, o historiador Francisco Espinosa descolou-se a Rosal de la Frontera para recuperar a memória de represaliados republicanos, no âmbito do seu trabalho de investigação sobre as memórias da guerra civil em Huelva (Espinosa, 1996). Ao longo das suas conversas confirmou que as iniciativas municipais de homenagem a Miguel Hernández indignavam um colectivo de resistentes republicanos, para o qual o passado assemelhava-se a “um país estrangeiro” (Lowenthal, 1985), pela barbárie e repressão vividas após a ocupação franquista e durante a longa ditadura.

Em 1936, quando as tropas golpistas entraram em Rosal de la Frontera a 28 de Agosto, encontraram uma povoação quase deserta e alguns resistentes que foram subjugados em escassos minutos. A maioria dos republicanos fugira ao extermínio no dia 26, uns procurando refúgio em Portugal, outros encetando uma longa caminhada para a zona republicana. Nas eleições municipais de 1936 tinha vencido a C.I. uma coligação de partidos de esquerda (Espinosa, 1996: 44), e após o golpe militar de 18 de Julho os mineiros de Riotinto controlaram a vila, encarceraram as pessoas conotadas com os

²³⁰ Miguel Hernández Gilabert (Orihuela, 30 de Outubro de 1910 - Alicante, 28 de Março de 1942) poeta e dramaturgo da literatura espanhola do séc. XX.

sublevados e ocuparam o quartel da Guardia Civil. Com a ocupação das tropas franquistas iniciou-se um período de terror, que encontrou no cura e no médico os principais instigadores dos assassinatos. Numa vila de 3.152 habitantes foram fuziladas 150 pessoas em 1936, e 100 em 1937 (Espinosa, 1996). A 15 de Agosto de 1988 foi colocada uma placa de homenagem aos republicanos fuzilados numa das fossas comuns do cemitério, que segundo o relatório das fosas comuns da repressão franquista na província de Huelva tem cerca de 200 pessoas²³¹. A iniciativa deveu-se a um colectivo que negou o esquecimento, por meio de uma placa que diz: “Homenaje a nuestros mártires por la democracia y la libertad 1936-1939”.

Em 2013 Rafael Moreno publicou o livro *Perseguidos*, com prefácio do historiador Francisco Espinosa, editado pela CGT de Andalucía, no qual reúne um conjunto de artigos resultantes do seu trabalho de investigação, entre os quais “Miguel Hernández Gilabert, el infortunio en La Raya” (Moreno, 2013: 89-105). No artigo diz-nos que no 1º interrogatório realizado a 4 de Maio de 1939, na prisão municipal de Rosal de la Frontera, Miguel Hernández declarou: “Llegué en camión hasta cuatro kilómetros de Aroche. Atardecía. En el pueblo merendé y me compré unas alpargatas espartañas. Sobre las nueve de la noche, solo y sin conocer el terreno, crucé la frontera”. A 30 de Abril de 1939 entrou na vila de Santo Aleixo da Restauração pela Rua da Fonte de Aroche, que os vizinhos espanhóis designam por Caminho de Aroche, e deteve-se na fonte para saciar a sede. Um jovem, conhecido por Romão “Galinhas”, veio ao seu encontro e levou-o a casa dos pais, Romão Gonçalves e Lourença Marques²³². Na casa térrea da Rua da Fonte, Miguel Hernández foi acolhido por uma família de trabalhadores rurais. O seu objectivo era chegar a Lisboa para encontrar-se com Gabriela Mistral, embaixadora do Chile, e obter um visto para Santiago. No dia seguinte terá partido para Moura, onde tentou vender o único objeto de valor que possuía, um relógio de ouro, prenda de casamento do amigo Vicente Aleixandre²³³. Segundo Rafael Moreno (2013), o proprietário da loja denunciou-o à Polícia Internacional, e foi detido no dia 4 de Maio de 1939 e entregue no Posto Fronteiriço de Rosal de la Frontera. Segundo o autor, Miguel Hernández tinha 20 escudos no bolso, dois salvo-condutos inúteis, o livro “La destrucción del amor” (Premio Nacional de Literatura de 1933) do poeta Vicente Aleixandre, e um exemplar do auto sacramental “Quién te ha visto y quién te ve y sombra de lo que eras”, obra teatral que escrevera em 1933 na sua terra natal, Orihuela. Os agentes portugueses receberam cinco pesetas, valor atribuído pelo regime de Franco aos colaboracionistas por cada refugiado republicano que entregavam na fronteira. Na prisão de Rosal Miguel Hernández foi interrogado pelo agente de segunda classe Antonio Márquez Bueno e pelo agente auxiliar Rafael Córdoba Collado, do Cuerpo de Investigación y Vigilancia, que identificaram o poeta como “Miguel Hernández Gilabert, de 28 años, casado en la que fue zona roja, de profesión escritor e hijo de Miguel y Concepción. Fue entregado en este puesto fronterizo por haber pasado clandestinamente desprovisto de la documentación necesaria a este efecto”. A conclusão do

²³¹ Consultável em: http://www.todoslosnombres.org/sites/default/files/mapas_fosas/fosas_huelva.pdf

²³² Segundo a memória local o casal tinha três filhos, Lourença, José e Romão que não tiveram descendentes. Lourença e José morreram solteiros, vítimas de tuberculose. Romão nunca casou, e terminou os seus dias no Lar de Nossa Senhora da Conceição, em Barrancos.

²³³ Vicente Aleixandre (Sevilha, 1898 - Madrid, 1984) foi um poeta espanhol, Prémio Nobel de Literatura em 1977.

interrogatório foi condenatória: “Es de suponer que este individuo haya sido en la que fue zona roja por lo menos uno de los muchos intelectuales que exaltadamente ha llevado a las masas a cometer toda clase de desafueros, si es que él mismo no se ha entregado a ellos”. A 9 de Maio de 1939 Miguel Hernández ingresou na Prisão Provincial de Huelva, e a 11 de Maio foi transferido para a Prisão Provincial de Madrid. Os documentos do interrogatório levavam o selo da Jefatura de Seguridad del Puesto de Rosal de la Frontera e ocupavam as primeiras páginas do Procedimiento Sumarísimo de Urgencia 21.001 que condenou o poeta à pena de morte, segundo a sentença de 18 de Janeiro de 1940. Pela intervenção do seu amigo José María de Cossío, junto de outros amigos falangistas, a pena foi comutada para trinta anos e um dia de prisão, e conduziram-no a novos presídios e penas, até falecer a 28 de Março de 1942 na enfermaria do Reformatório de Adultos, de Alicante (Moreno, 2013: 89-105).

No arquivo da PIDE/DGS consultei o processo de Miguel Hernández, composto por três documentos: uma ordem de detenção, uma ficha cadastral e uma ordem de expulsão. A ordem de detenção está datada de 1 de Maio de 1939 e foi assinada pelo Encarregado do Sub-Posto da Polícia de Vigilancia e Defesa do Estado (PVDE) de Sobral D'Adiça, José Pereira Bento:

“Miguel Hernández Gilbert filho de Miguel Hernández Sanchez e de Concepción Gilabert Giner, de 28 anos, casado, escritor, natural de Oriluela, província de Alicante, que hoje foi entregue neste Sub-Posto pela Guarda Nacional Republicana do concelho de Moura, por se encontrar indocumentado”.

Na ficha cadastral está inscrito o nome, a filiação, a data de nascimento (30-10-1910), a altura (1,70cm), a “Instrução” (5º ano dos liceus), as impressões digitais e o “Motivo da captura”: *indocumentado*. Na rubrica “Marcas e cicatrizes”, o capitão João Amado de Vasconcelos escreveu e assinou a sentença, a tinta vermelha: “Expulso sumariamente pela fronteira de Vila Verde de Ficalho, em 2-05-1939, por ser indesejável”²³⁴. A ordem de expulsão, datada de 3 de Maio, foi assinada pelo Chefe do Posto da PVDE de Ficalho, Carlos Casaca Velez: “foi ontem expulso sumariamente por esta fronteira, por ordem do Exmo Senhor Capitão Amado”. Miguel Hernández cumprira os desígnios que Salazar e a polícia política determinaram para os refugiados republicanos: o de “indesejáveis” dentro e fora do seu país, expulsos e condenados sumariamente.

Em Rosal de la Frontera, a memória do extermínio, da repressão franquista e das ditaduras ibéricas está consensualmente representada na figura do poeta Miguel Hernández, por meio da reconversão de espaços de repressão em “lugares de memória”. Na Casa de Cultura Miguel Hernández, situada na Avenida de Portugal, encontramos o centro de interpretação da vida e obra do poeta e a recriação da cela onde esteve detido em 1939. O fenómeno de emblematização cruzou a fronteira num modelo institucionalizado, para reconstruir relações desarticuladas pelos fluxos migratórios, num tempo de construir património que sirva o presente. Em 2008 foi inaugurado o Largo Miguel Hernández em Vila Verde de Ficalho, por representantes do poder local de ambos os lados da fronteira. Em 2010 o município

²³⁴ ATT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. cr: 532/939.

de Rosal de la Frontera assinalou o centenário de nascimento do poeta com a inauguração de um monólito, encimado por um busto de bronze. O memorial está situado na entrada da vila, junto à antiga Aduaneira, de costas voltadas para Portugal e de frente para Espanha. A cerimónia reuniu representantes do poder local, provincial e regional da Andaluzia e a nora do poeta. A imprensa divulgou amplamente o evento, designando Miguel Hernández como “un preso universal”²³⁵. Para Augusto Thassio, escritor e diretor do Centro de Cultura as iniciativas que tem impulsionado em ambos os lados da fronteira, são uma forma de “sara as feridas do passado”²³⁶.

Em Santo Aleixo da Restauração a memória de Miguel Hernández foi ativada por historiadores, jornalistas e investigadores espanhóis que inquiriram vizinhos e fotografaram a casa de acolhimento nos anos de efervescência memorial. Mas, o acolhimento ao poeta, não representou uma exceção à solidariedade local para com os refugiados republicanos, foi uma prática de resistência que exigiu a intervenção policial do Administrador do Concelho de Moura²³⁷. Na confidencial de 24 de Agosto de 1937, dirigida ao Diretor da PVDE, o Administrador do Concelho denunciava a existência de espanhóis refugiados nos campos de Santo Aleixo, que acusava de cometerem assaltos às herdades situadas junto à fronteira e de receberem proteção dos habitantes locais²³⁸. Os processos da PVDE aos vizinhos João Baptista Tomás, Luís Fernandes Rodrigues, Luís Cipriano e Joaquim Palma Machado, de Santo Aleixo da Restauração, detidos em Barrancos em 1937 por “auxiliarem com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal”, testemunham a repressão e a resistência das populações raianas²³⁹.

A 12 de Maio de 2012 foi inaugurado em Moura o “Jardim das Oliveiras «Miguel Hernández»”, no âmbito do programa da XII Olivomoura. Um projecto pensado numa lógica de interligação entre espaços museológicos relacionadas com a olivicultura, como espaço lúdico-pedagógico para divulgar a cultura da oliveira, um dos principais recursos económicos da região²⁴⁰. Segundo afirmou o então vereador Santiago Macias, historiador e atual presidente da Câmara Municipal de Moura:

²³⁵ Consultável em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2010/06/12/andalucia/1276357884.html>

²³⁶ Consultável em: <http://huelvabuenasnoticias.com/2015/04/29/rosal-sana-las-heridas-de-miguel-hernandez-recordando-su-figura-a-ambos-lados-de-la-frontera/>

²³⁷ Os administradores dos concelhos foram definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer funções policiais até 31 de Dezembro de 1937, que segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara Municipal.

²³⁸ Arquivo Municipal de Moura, Correspondência do Administrador do Concelho, Confidencial de 24 de Agosto de 1937.

²³⁹ João Baptista Tomás “João Traga Cobras” (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 22/1/1905, filho de José Francisco Tomás e Rosalina Baptista. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos. Transferido para a cadeia civil de Moura, restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Fernandes Rodrigues (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 5/5/1910, Afonso Augusto Rodrigues e Manuela Fernandes Rodrigues. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por vender diversos artigos aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal com conhecimento do seu destino. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura a 30/10/1937. Restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Cipriano (Proc. 1435/1937), Natural de St.º Aleixo, 11/9/1893, filho de António Cipriano e Andreia Maria. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura em 30/10/1937. Restituído à liberdade a 19/11/1937. Registo Geral de Presos, livro 45, Joaquim Palma Machado (Proc. 1526/937) Trabalhador. Natural de St.º Aleixo, 15/2/1918, Filho de Manuel Machado e de Catarina da Palma. Preso pelo posto de Barrancos em 18/11/1937 por prestar auxílio aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolheu à cadeia civil de Moura. Restituído à liberdade em 30/11/1937. ATT, PIDE-DGS, Registo Geral de Presos, Livro 44.

²⁴⁰ Consultável em: <http://www.cm-moura.pt/servicos.php?cp>

“O Jardim das Oliveiras passa a ser um espaço pedagógico, turístico e que tem objetivos também culturais, relacionados com o facto de lhe ter sido atribuído o nome de Miguel Hernández, um poeta da vizinha Espanha, que foi preso em Moura, na altura da guerra civil espanhola”²⁴¹.

A 18 de Agosto de 2009 Santiago Macias publicara no seu blogue o poema “Aceituneros” de Miguel Hernández, e designava o poeta como “um nome grande da poesia espanhola e de todo o mundo”, referindo que o concelho de Moura guardava “a duvidosa «honra»” de ter sido o local em que “o poeta foi preso ao tentar atravessar a fronteira, poucos dias depois de terminada a Guerra Civil de Espanha”²⁴². A 30 de Outubro de 2011 Santiago Macias recordava a homenagem ao poeta realizada em Moura, integrada nas comemorações do centenário de nascimento, e anunciava a inauguração do “Jardim das Oliveiras”, do qual foi um dos mentores:

“Poeta de grande sentido telúrico e de profundo lirismo. Podia aqui recordar o seu texto sobre os *aceituneros* (bela palavra, sem tradução direta em português), mas já foi alvo de uma publicação no blogue. Hoje, em Moura foi dia de evocar Miguel Hernández, e uma forma da Câmara Municipal se associar ao final das comemorações do centenário do nascimento do poeta. Foi no nosso concelho que Miguel Hernández foi detido pela Guarda, para depois ser devolvido aos franquistas. Morreu em 1942, vítima de tuberculose. Tinha 32 anos. A esta homenagem juntar-se-á, no próximo ano, a inauguração do Jardim das Oliveiras, a que, por proposta que tive o prazer de subscrever, a Câmara Municipal de Moura deu o nome de Jardim Miguel Hernández”²⁴³.

No “Jardim das Oliveiras”, situado na horta do edifício do antigo Grémio da Lavoura, foram plantadas as espécies mais representativas do Alentejo, junto ao Museu do Azeite, antigo Lagar de Varas do Fojo, e do Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo, onde se realizam atividades pedagógicas ligadas à olivicultura. No placar que identifica o espaço foi colocada à esquerda uma fotografia do poeta com uma breve biografia em português, espanhol e inglês, e à direita o poema “Aceituneros”. Em Moura, a homenagem institucional resgatou a memória das ditaduras ibéricas por meio de um poema em que a cultura da oliveira, apesar de intensiva e mecanizada, estabelece a relação entre o passado e o presente de uma atividade agrícola comum, para além de constituir um investimento para o futuro do desenvolvimento económico local e regional do Alentejo.

4. A principal finalidade de uma política pública da memória é a de proclamar a vigência dos valores democráticos como fundamento do modelo de organização das sociedades, e projetar esses valores para o futuro. Nesta função de afirmação os memoriais servem para homenagear ações individuais ou

²⁴¹ Consultável em <http://www.vozdaplancie.pt/index.php?go=arquivo&id=17780>

²⁴² Blogue, consultável em <http://avenidadasaliquia34.blogspot.pt/2009/08/aceituneros.html>

²⁴³ Blogue, consultável em: <http://avenidadasaliquia34.blogspot.pt/2011/10/miguel-herandez.html>

colectivas alicerçadas nos valores da liberdade e da solidariedade. No entanto, os “lugares de memória”, resgatados do passado como elementos simbólicos do património da memória, nascem do sentimento que a memória coletiva dos grupos se perdeu, por isso é necessário assinalar aniversários, organizar celebrações e homenagens. Ao selecionarem pessoas e acontecimentos que foram inscritos no espaço público e na história local, em função das necessidades do presente e de “expectativas futuras” (Koselleck, 1979), remeteram para o esquecimento memórias coletivas traumáticas e conflituais, como nos casos de Rosal de la Frontera (Huelva) e de Oliva de la Frontera (Badajoz).

As lutas pela memória representam lutas pelo futuro, sujeitas a diferentes usos políticos, e não terminam com a dignificação dos fuzilados e represaliados das ditaduras, mas possibilitam às novas gerações a construção de sociedades mais justas e democráticas (Mate, 2004; Gordillo, 2007). No caso da atribuição da “Medalla de Extremadura” ao “Povo de Barrancos” estamos perante um processo de reconhecimento construído “de baixo para cima”, que entrelaçou movimentos sociais em ambos os lados da fronteira e foi institucionalmente apropriado no quadro das relações políticas entre Portugal e a Extremadura. A homenagem contribuiu para a autoestima dos barranquenhos, obstou o esquecimento das ditaduras ibéricas, mas não serviu à libertação da memória dos vizinhos espanhóis. No entanto, permitiu a edificação do memorial ao “Povo de Barrancos e ao tenente Seixas” numa das entradas principais de Oliva de la Frontera, que cumpre uma dupla função. Por um lado, a de negar o esquecimento de acontecimentos traumáticos, apesar de manter a amnésia interna dos republicanos que jazem na fossa comum do cemitério. Por outro, a de edificar uma memória solidária forjada nas relações de vizinhança como projecto de futuro. Celebrar e recordar são ações que conferem aos memoriais a função de monumento, no sentido de uma obra humana edificada com a finalidade precisa de manter vigente, na consciência das gerações futuras, a recordação de acontecimentos ou de um projeto social. Como sinais e cenários os memoriais incidem de forma ambivalente e complementar no espaço público. Por um lado, assinalam em lugares visíveis e permanentes os valores que proclamam, por outro, oferecem um espaço privilegiado para acolher rituais sociais e institucionais da memória democrática, por meio de celebrações, homenagens e festas que pretendem reconstruir relações e laços de vizinhança que apenas o passado pode reatar. Nestes processos, os antropólogos têm um importante papel no questionamento dos modelos consensuais, pelo compromisso epistemológico com as pessoas, na edificação de uma memória da resistência que legitime os seus lugares na História.

Bibliografia

- CASANOVA, Julián, (2015), “O castigo no(s) pós-guerra(s)”, *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina, pp. 291:305.
- (coord.), 2004, *Morir, Matar, Sobrevivir; la Violencia en la Dictadura de Franco*, Barcelona, Crítica.

- ESPINOSA, Francisco, (2010), *Violencia Roja Y Azul. España, 1936-1950*, Barcelona, Crítica.
- 2003, *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica.
- (1996), *La Guerra Civil en Huelva*, Diputación de Huelva.
- GODINHO, Paula, (2014), "A violência do olvido e os usos políticos do passado", in *Antropologia e Performance. Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100Luz, pp: 191: 205.
- (2012), *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Edições Colibri.
- GORDILLO GIRALDO, Cecilio, (2007), "El interés por la recuperación de la memoria histórica", in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, pp.117-121.
- HALBWACHS, Maurice, (2004) (1950), *A Memória Coletiva*, São Paulo, Centauro Editora.
- KOSELLECK, Reinhart, (2006) (1979), *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- LE GOFF, Jacques, (1989), "Memória". Enciclopédia Einaudi. Vol.1, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.11-50.
- LOFF, Manuel, PIEDADE, Filipe e SOUTELO, Luciana (coord), (2015), *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina.
- LOWENTHAL, David, (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATE, Reyes, (2004), "Por una cultura de la memoria", in *El Canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la represión económica*, Barcelona: Crítica, pp. XXXVII- XLVII.
- MOLINERO, Carme, (2015), "A herança do passado. O franquismo e a direita espanhola", in *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina, pp. 307-330.
- MORENO, Rafael, (2013), *Perseguidos*, Sevilla, CGT-Andalucía.
- NAROTZKY, Susana e G. SMITH, (2002), "«Being politico in Spain». An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics", *History & Memory*, Indiana, University Press, pp.189-228.
- NORA, Pierre, (1984), *Les lieux de mémoire, 1. Les France : conflits et partages*, Paris, Gallimard.
- SIMÕES, Dulce, (2013), *Frontera y Guerra Civil Española. Dominación, resistencia y usos de la memoria*, Badajoz, Diputación de Badajoz.
- (2009), "Movimentos públicos e memórias privadas. Silêncios e discursos da guerra civil espanhola", *Cadernos CERU*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos/NAP-CERU, Universidade de São Paulo, Série 2, v. 20, n.1, pp. 85-111.
- SCOTT, James, (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London, Yale University Press.
- VALERO, Antonio, (2007), "La Guerra Civil en Oliva de la Frontera, 1936-2006, 70 años de silencio y miedo", *Revista Feria de Septiembre*, Ayuntamiento de Oliva de la Frontera, p. 45-61.